

A léxis aristotélica em *Contra a Madrasta* de Antifonte e os problemas de tradução

Lívia Medeiros de Albuquerque Sob orientação da
prof. Dra. Sandra L. R. da Rocha

Resumo:

Este trabalho se propõe a analisar a estrutura retórica do discurso *Contra a Madrasta*, de Antifonte, em relação a algumas categorias da *léxis* sistematizadas por Aristóteles no Livro III da Retórica. Em seu tratado, a primeira análise mais profunda sobre a escrita em prosa, o filósofo descreve as características que um discurso deve possuir para alcançar seu fim – a persuasão. Porém, utiliza-se de poucos exemplos da oratória judicial, dos quais não constam referências aos principais oradores do século V, precursores da prosa ática escrita, como Antifonte, Andocides ou Lísias. Assim, esse trabalho tem como objetivo identificar algumas categorias da *léxis* no discurso de Antifonte, para verificar em que medida o estilo é transposto para as traduções consultadas, em língua portuguesa, espanhola, francesa e inglesa, propondo soluções de tradução que preservem essas estruturas estilísticas, bem como verificar se o orador antecipa, na prática, as sistematizações propostas por Aristóteles, quase um século depois.

Palavras-chave: Antifonte; estilo; retórica; Aristóteles; teoria e prática, tradução.

Este artigo objetiva analisar o discurso *Contra a Madrasta*, de Antifonte, identificando as categorias da *léxis* sistematizadas por Aristóteles, comparando as traduções utilizadas neste trabalho¹ e sugerindo tradução para os trechos em que as categorias observadas são identificáveis, de forma a preservar o os traços do estilo do orador na transposição do discurso para a língua portuguesa.

A partir da leitura de Gagarin (1997), observa-se que a prosa de Antifonte é experimental, de forma que ainda se encontram traços poéticos nesse estilo de escrita ainda em processo de definição. Assim, muitas características do seu estilo diferem daquelas estabelecidas por Aristóteles, embora seja possível identificar categorias semelhantes às descritas pelo filósofo. Diante disso, será feita uma breve exposição sobre o Livro III da Retórica² e, em seguida, uma apresentação geral das principais características estilísticas presentes nos discursos do orador. Serão analisadas especificamente duas categorias que conferem expansividade à expressão enunciativa (entendida como solenidade): o uso de perífrases e a repetição do artigo no sintagma nominal. Com base nessa análise e na comparação entre as traduções consultadas, será proposta

uma tradução para as passagens selecionadas, com o objetivo de explicitar, em língua portuguesa, o estilo dos discursos do logógrafo, visto que grande parte das traduções acaba desconsiderando esse aspecto em favor da mera apresentação dos fatos.

¹Foram utilizadas as seguintes traduções, denominadas daqui em diante pela sigla que lhes segue entre parênteses: tradução francesa, de Louis Gernet (FR), tradução inglesa, de K. J. Maidment (EG), tradução portuguesa de Luiz Felipe Bellintani Ribeiro (PT) e a tradução espanhola, de Jordi Redondo Sánchez (SP)

²Foram utilizadas as traduções de George A. Kennedy e de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

Introdução

O sistema de justiça Ateniese dos séculos V e IV a.C. funcionava de forma diferente dos sistemas judiciários atuais. Os litigantes em um processo deveriam proferir seus discursos de acusação ou defesa, que poderiam ser produzidos por eles próprios ou encomendados a pessoas com habilidade para tal – os logógrafos, e que continham, ainda, suas próprias interpretações para as leis. Além disso, as provas não eram fundamentais no processo³, de forma que os oradores se utilizavam bastante do apelo emocional aos jurados, através de recursos retóricos⁴, além de toda a persuasão que a própria performance poderia conter.

Foi nesse contexto que surgiu – e começou a se especializar – em meados do Século V, a prosa ática judicial escrita, cujo primeiro grande expoente foi Antifonte, conforme afirma Gagarin (1997).

O objetivo do discurso judiciário era convencer os jurados do ponto de vista de quem os proferia, e, por essa razão, essa nova forma de escrita requeria estruturas próprias.

Essas estruturas foram analisadas e sistematizadas, de forma mais profunda, quase um século depois, por Aristóteles, em sua obra *Retórica*, na qual aborda a arte da comunicação com fins persuasivos através de três livros: o primeiro e o segundo, dedicados às formas de persuasão disponíveis ao orador; e o terceiro, que será utilizado neste trabalho, dedicado ao estilo (ἔλεμνος) e à organização do discurso (ἡύμνος).

No tópico seguinte serão abordadas as categorias da *léxis* constantes no Livro III da *Retórica* que serão analisadas dentro do discurso *Contra a Madrasta*, de Antifonte.

As Categorias da *Léxis* Aristotélica

A *Retórica* é um tratado sobre os discursos em prosa, escrita por Aristóteles durante a segunda metade do Século IV a.C., ou seja, quase um século após as primeiras produções escritas do gênero.

Aristóteles divide os discursos em prosa em três categorias distintas: epidítico, judicial e deliberativo. Ao apresentar as características estilísticas de um bom discurso, o filósofo às

vezes sugere os usos em um ou outro discurso específico, embora a maioria dos exemplos se refiram especificamente aos discursos epidícticos. Além disso, em sua obra, não há menção a Antifonte ou a outros grandes oradores contemporâneos a este, como Andocides, Lísias e Isaeus (TREVETT, 1996).

³Segundo Thür (2006), determinar a verdade não era tão fundamental quanto permitir a igualdade entre os litigantes, obtida através da possibilidade de cada um deles apresentar seu discurso, de defesa ou acusação. O julgamento ocorria logo após a apresentação dos discursos.

⁴Todd aborda esses aspectos do sistema jurídico ateniense em *Law and Oratory at Athens* (2006). Ele afirma que a atuação em um processo judicial era tão importante quanto o próprio aparato legal. Acrescenta, ainda, que as decisões eram tomadas por maioria de votos, sem necessidade de se apresentar as razões para tal e sem a possibilidade de discussões, devido ao nível de autoridade da instituição. Yunis (2006) também apresenta um quadro interessante sobre o sistema legal de Atenas, em *The Rethoric of Law in Fourth-Century Athens*, como introdução para uma análise sobre o poder da retórica nesse meio.

Em síntese, todos os recursos estilísticos usados por um orador devem se sujeitar à qualidade máxima dos enunciados: a clareza. Para isso, a linguagem utilizada deve ser uma linguagem familiar aos ouvintes, sem o uso de neologismos ou palavras raras. Porém, uma vez que seu fim é a persuasão, precisa ser mais elevada do que a de um discurso ordinário, ou seja, é preciso que cause estranheza, mas que não seja tão elevada quanto a do discurso poético. O estranhamento é conseguido através de recursos estilísticos como o uso de metáforas, de símiles, de estruturas que deixem o discurso solene, ou até mesmo mais extenso, a correção gramatical e a organização dos períodos.

As categorias que conferem solenidade ao discurso estão elencadas no capítulo 6 do Livro III da Retórica, que trata do ὄγκο, traduzido pela tradução portuguesa por solenidade. Já a tradução inglesa, embora tenha traduzido o termo como *expansiveness*, comenta, logo no início do capítulo, que, apesar de a tradução literal para ὄγκο ser massa, volume (*bulk, mass, swelling*), ela se refere, nesse caso à elevação, à dignidade, ou seja, pode ser entendida como solenidade (KENNEDY, 2007, p. 206).

A solenidade é alcançada com o uso de cinco recursos: (1) perífrases; (2) metáforas e epítetos, para tornar algo mais claro; (3) uso do plural no lugar do singular; (4) uso de um artigo para cada substantivo ou adjetivo de um mesmo sintagma; e (5) conjunções coordenativas. Serão

analisados apenas os recursos (1) e (4).

O estilo de Antifonte

Antifonte foi um dos principais oradores atenienses do Século V a.C. e um dos primeiros a escrever em prosa ática. Além de fragmentos, seis discursos seus chegaram aos dias de hoje, dos quais três foram escritos para a performance nos tribunais – *Contra a Madrasta*, *Acerca do Assassinato de Herodes e Acerca do Coreuta* – e três para serem lidos, como um exercício de argumentação – as Tetralogias (GAGARIN, 1997, p.7, 8 & GERNET, 2002). Todos esses discursos são do tipo judicial, conforme a classificação de Aristóteles.

Antifonte produziu seus discursos durante o estágio de fixação escrita da prosa ática (aproximadamente na segunda metade do século V), período em que começam a se desenvolver as principais características encontradas na prosa do Século IV a.C. Por essa razão, a prosa de Antifonte é ainda experimental, contendo muitos traços poéticos – os quais Gagarin (1997) entende como uma escolha do orador para conferir um tom artístico a seu trabalho – além de variações lexicais, dialetais, morfológicas e sintáticas.

Gagarin (1997) faz ainda uma análise do estilo do orador, apontando as suas principais características, como uso de neologismos, criação de palavras (verbos compostos, nomes abstratos), uso do potencial sem a partícula ἄλ, construções perifrásticas, hipérbato, antíteses, paralelismos, dentre outros.

Análise do discurso *Contra a Madrasta*

O discurso *Contra a Madrasta* é o único discurso de acusação de Antifonte, ao qual se tem acesso hoje. Os outros dois trabalhos escritos para o tribunal – *Acerca do Assassinato de Herodes e Acerca do Coreuta* – são discursos de defesa. Ele trata da acusação da madrasta⁵ do proponente pelo assassinato premeditado de seu pai, por envenenamento.

Como o acusador não dispunha de evidências concretas quanto à autoria do crime⁶

– como o testemunho de escravos, por exemplo –, Antifonte trabalhou todo o discurso com

base no apelo emocional. Partindo do argumento da recusa dos meios-irmãos em interrogar os escravos a fim de verificar o ocorrido – o único argumento significativo do discurso –, inicia uma narrativa vívida, repleta de metáforas e imagens trágicas que, além de apelarem diretamente para o lado emocional dos jurados, o fazem também indiretamente ao realizar uma conexão entre a madrasta e o estereótipo mitológico da assassina do marido – a Clitemnestra⁷. Além dos aspectos referentes à caracterização negativa da madrasta, a questão da lealdade do filho com o pai⁸ em contraste com a lealdade dos meios-irmãos com a madrasta também é um forte apelo ao júri.

Uma vez que as evidências são escassas – na verdade apenas um argumento relevante é apresentado –, cabe às figuras de estilo conferir o tom persuasivo ao discurso, capaz de convencer os jurados da culpa da madrasta. Por essa razão, é importante valorizar, na tradução, esses aspectos estilísticos que fazem desse um trabalho forte. Apesar de não se ter conhecimento sobre a defesa apresentada para o caso, é grande a possibilidade de os jurados terem se convencido, compartilhando um receio contra a mulher e admirando a lealdade do filho com o pai, questão importante na sociedade ateniense da época⁹.

⁵A madrasta era uma figura comum na sociedade ateniense dos séculos IV e V. Patricia Watson (1994) faz um estudo interessante sobre essa figura na antiguidade clássica a partir da análise das histórias que rodeavam o imaginário da época e, dentre outros aspectos interessantes, afirma que a maioria das histórias trata da figura feminina (a madrasta), e nunca da masculina (o padrasto), e quase sempre o fazem caracterizando-a de forma negativa, como uma vilã que ou maltrata os enteados ou procura garantir a herança dos seus filhos, matando os enteados ou o próprio marido. Essa figura já é estereotipada, por definição, como uma mulher maligna.

⁶As provas não técnicas (ἀηερλνη πίζηηηηο) segundo Aristóteles são cinco: leis, testemunhos, juramentos, contratos e confissões sob tortura. Thür (2006) afirma que estudos recentes têm reconhecido que apenas os testemunhos eram realmente relevantes dentro do sistema legal ateniense.

⁷Personagem mitológica, esposa de Agamêmnon, que premeditou seu assassinato como vingança pelo sacrifício de sua filha Ifigênia (Ver Schwab, 1995)

⁸A questão da lealdade para com o pai, que impele o proponente a entrar na justiça, está relacionada ao conceito de ηηκςξία, vocábulo comumente traduzido por vingança, mas que implica mais que uma simples reparação, conforme Silva (2010), pois o vocábulo também guarda a noção de honra. Além disso, a ηηκςξία também pode ser invocada como uma medida de salvaguarda, embora em *Contra a madrasta* seja usado no sentido de reparação, tanto em relação ao morto quanto em relação às leis, que foram desonradas – dessa forma, Antifonte amplia o sentido da ηηκςξία para além da esfera privada do proponente, levando o caso a uma dimensão maior: toda a cidade.

⁹ Além da questão da ηηκςξία, o conflito legal em Atenas representa o exercício da democracia, conforme Thür (2006).

Assim, Gagarin (1997) acredita que *Contra a Madrasta* tem fortes chances ser um dos

discursos que contribuíram para a boa reputação de Antifonte.

Dentre os recursos que conferem solenidade ao discurso (ὄρθο), serão analisados

- (1) o uso de um artigo para o substantivo e outro para o adjetivo que o determina e
- (2) as perífrases verbais.

1. A repetição do artigo

Conforme postula Aristóteles, usar um artigo definido para cada palavra, ao invés de juntá-las com um artigo apenas para ambas é uma forma de deixar o discurso mais volumoso e mais solene. A forma em que esse recurso aparece em *Contra a Madrasta* é sempre a mesma: artigo + substantivo + artigo + adjetivo possessivo.

Essa repetição do artigo é uma estrutura difícil de ser mantida nas traduções. Por essa razão, a segunda ocorrência do artigo é sempre omitida – o tradutor opta por uma forma mais concisa que consiste em determinar o substantivo e o possessivo por um só artigo: o meu pai, as vossas leis etc.

Essa forma concisa é indicada na *Retórica* em oposição à forma mais extensa e mais solene. De alguma forma, a noção que o uso mais extenso carrega acaba se perdendo nas traduções, ao utilizarem a forma oposita. Assim, é importante pensar numa forma de tradução que preserve a função da estrutura, quando houver.

Em *Contra a Madrasta*, foram encontradas 12 ocorrências¹⁰ ao longo das 31 Seções que compõem o discurso, das quais nove referem-se ao pai ou à sua morte; uma, à madrasta; e duas, às leis. Na maiorias dos casos, o uso desse recurso parece enfatizar o termo principal do sintagma (o pai, a madrasta, a morte e as leis), resultando em um apelo emocional aos jurados.

A menção às leis aparece nas seções 3 e 24, da mesma forma – no dativo plural (ἡνῖο λόκνηο ἡνῖο ὑκεηέξνηο)¹¹, como complemento do verbo ἡηκσξέσ, juntamente com ἡῶ παηξῖ ἡῶ ἡκεηέξῶ¹²; e em momento idêntico – o apelo aos jurados. Nesses fragmentos, a repetição do artigo parece ter um efeito enfático, para sensibilizar os jurados, uma vez que as leis que estão sendo desrespeitadas são as leis deles¹³. Em 1.3 também aparece uma referência à morte do pai

(*ἡὸλ ζάλαηνλ ἡὸλ ἐθειλνπ*¹⁴) com esse tipo de construção, enfatizando o objeto das maquinações da madrasta: a morte do pai.

¹⁰Duas ocorrências em 1.3, uma em 1.6, uma em 1.9, uma em 1.15, duas e 1.16, duas em 1.19, uma em 1.20 e duas em 1.24.

¹¹Literalmente: as leis as vossas

¹²Literalmente: o pai o nosso

¹³O uso de argumentos de ordem não legal é largamente feito nos discursos retóricos do tipo judicial, competindo com aqueles que explicitamente mencionam o conteúdo das leis. São argumentos baseados na integridade, honra, lealdade, política etc, que, organizados e dispostos sob as bases da arte retórica, são capazes de convencer os jurados. Ver Yunis (2006).

¹⁴Literalmente: a morte a dele. Nesse trecho, a repetição do artigo é construída com o adjetivo *ἐθειλνο*, que se refere ao pai (*πατήρ*)

Uma boa opção de tradução parta manter a ênfase é repetir o adjetivo na segunda ocorrência do artigo:

Δένκαη δ' ὑκῶλ, ὃ ἄλδξεο, ἐὰλ ἀπνδείμσ ἐμ ἐπιβνπιῆο θαὶ πξνβνπιῆο ἡῆλ ἡνύησλ κηέξζα θννλέα νύζαλ ἡνῶ ἡκεηέξνπ παηξόο, θαὶ κῆ ἄπαμ ἀυῖὰ πνυῖάθην ἡδε ἡεθζεῖζαλ ἡὸλ ζάλαηνλ ἡὸλ ἐθειλνπ ἐπ' αὐηνθῶξω κεραλσκελέλ, ἡκσξῆζαλ πξῶηνλ κέλ ἡνῖο λόκνηο ἡνῖο ὑκεηέξνηο [...] (1.3)

Peço-vos, ó homens, se eu demonstrar que a mãe deles é assassina do pai, do nosso pai, com intenção e premeditação, e que não uma, mas muitas vezes, foi pega em flagrante tramando a morte, a morte dele, que vingai primeiro as leis, as vossas leis¹⁵ [...]

θαὶ ἐγὼ κέλ ἐπεμέξρνκαη [ἡέγσλ], ἴλα δῶ δίθελ ὦλ ἡδίθεθε θαὶ ἡκσξῆζσ ἡῶ ἡεπαηξῖῆῶ ἡκεηέξῶ θαὶ ἡνῖο λόκνηο ἡνῖο ὑκεηέξνηο. (1.24)

E eu acuso dizendo isto: que seja feita a justiça para as pessoas que ela injustiçou e que tanto o pai, o nosso pai, como as leis, as vossas leis, sejam vingados.

Ao longo do discurso, essa estrutura é usada para se referir ao pai por 8 vezes. A maioria delas está relacionada a uma ação negativa ou a uma alegação da madrasta, como forma de chamar a atenção a esses acontecimentos, caracterizando-a de forma negativa. Esse é um dos recursos de que Antífote se utiliza para superar a falta de evidências concretas quanto à autoria do assassinato (GAGARIN, 1997, p.105). Seguem abaixo duas ocorrências como exemplo:

ἡνῶην κέλ γὰξ ἡζέιεζα κέλ ἡὰ ἡνύησλ ἀλδξάπνδα βαζαλίζαη, ἃ ζπλήδεη θαὶ πξόηεξνλ ἡῆλ γπλαῖθα ἡαύηελ, κηέξζα δὲ ἡνύησλ, ἡῶ παηξῖ ἡῶ ἡκεηέξνηο ζάλαηνλ κεραλσκελέλ θαζκάθνηο [...] (1.9)

Pois eu quis interrogar os escravos deles que sabiam que, há muito, esta mulher, a mãe deles, estava planejando a morte do pai, do nosso pai, por envenenamento.¹⁶
ὁ κέλ νῦλ Φηιόλεσο εὐζέσο παξαρηξῆκα ἀπνζλήζεθην, ὁ δὲ παηέξ ὁ ἡκέηεξνο εἰο λόζνλ ἐκπίπηην, ἐμ ἦο θαι ἀπώιην εἰθνζηαῖνο. (1.20)
O Filóneo morreu naquele mesmo instante, imediatamente, e o pai, o nosso pai, pegou uma doença, da qual também morreu, vinte dias depois.¹⁷

¹⁵Jaqueline de Romilly (2004) afirma que, no final do Século V e começo do Século IV a.C., os cidadãos atenienses adquiriam uma consciência maior com relação às leis, que garantiam, por um lado, a sua liberdade, e, por outro, a autoridade dos jurados, passando, portanto, a respeitá-la e a cobrar obediência a elas.

¹⁶Antifonte destaca várias vezes durante o discurso o fato da premeditação do crime – um *agravante* segundo as leis atenienses. Loomis (1972), em seu artigo *The Nature of Premeditation in Athenian Law*, apresenta um quadro detalhado dos procedimentos judiciais para discutir a natureza da premeditação para os atenienses. Segundo o autor, há cinco tipos de cortes diferentes para julgar os casos de assassinato ou agressão à vida. No Areópago eram julgadas as causas de assassinato e de agressão premeditados, incluindo envenenamento. Para o crime, a pena poderia ser o exílio ou a execução, além do confisco dos bens do acusado. Para saber mais sobre as cortes atenienses para homicídio e sobre os procedimentos legais, ver Sealey (1983).

¹⁷As traduções espanhola, inglesa e francesa traduziram o termo ἡκέηεξνο pelo pronome possessivo do singular (ἐκόο). Nas menções ao pai, Antifonte alterna o possessivo no singular e no plural. Em alguns casos, o uso do possessivo no plural parece ter um efeito enfático, responsabilizando os irmãos também pela vingança.

Em 1.16 a repetição do artigo aparece duas vezes. Na primeira, a estrutura é seguida imediatamente pelo locativo εἰο Νάμνλ, que parece ter sido deslocado posição logo após o verbo, para junto dessa estrutura, justamente para enfatizar o fato de que o pai do proponente viajava para uma localidade diversa daquela em que ocorreu o envenenamento de seu amigo. E foi justamente em razão da amizade com Filóneo, mencionada também com o uso da repetição do artigo, que o pai seguiu um caminho diferente, levando-o à situação do envenenamento. Assim, a repetição do artigo atribui um caráter mais trágico à morte do pai, uma vez que seu destino aparentemente era outro. Considerando que a própria estrutura da sentença já marca bem a distinção entre os destinos dos dois homens, e que a oração participial relativa da segunda ocorrência (θίυνλ ὄληα) se encarrega de estabelecer a relação entre os homens e explica a mudança dos planos, a estrutura pode ser traduzida pela forma concisa de uso do artigo:

κεηὰ ηαῦηα ἔηπρε ηῶ Φηιόλεω ἐλ Πεηπαηεῖ ὄληα ἰεξὰ Δηῖ Κηεζίω, ὁ δὲ παηήξ ὁ ἐκόο εἰο Νάμνλ πιεῖλ ἔκειυελ. θάιηζηηνλ νῦλ ἐδόθηη εἰλαη ηῶ Φηιόλεω ηῶ αὐηῆο ὀδνπ ἄκα κέλ πζνπέκζωη εἰο ηὸλ Πεηξαηέα ηὸλ παηέξα ηὸλ ἐκόλ θίυνλ ὄληα ἔαπηῶ, ἄκα δὲ ζύζαληα ηὰ ἰεξὰ ἐζηηᾶζωη ἐθεῖνλ.
(1.16)

Depois disso, aconteceu que o Filóneo precisava fazer uns sacrifícios para

Zeus Ctésio no Pireu, enquanto meu pai estava prestes a navegar para Naxos. Então, pareceu uma boa idéia ao Filôneo acompanhar meu pai, que era seu amigo, nesse caminho para o Pireu, e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe um banquete após fazer os sacrifícios.

É interessante notar que, nesse caso, o orador se refere ao pai usando o adjetivo possessivo de primeira pessoa do singular. Das 16 vezes em que o pai é mencionado, em seis vezes o substantivo ὁ πατήρ aparece sem adjetivo possessivo; em seis, ocorre acompanhado do possessivo de primeira pessoa no plural; e em quatro aparece com o possessivo no singular. O substantivo é empregado com o possessivo no plural nos trechos que mencionam o assassinato ou a morte do pai, como estratégia para atribuir aos irmãos do proponente, que são também seus adversários na causa, a responsabilidade pela reparação do assassinato. Conforme nota 17, as traduções nem sempre mantêm essa alternância.

A ocorrência relativa à madrasta aparece na seção 19, durante a narrativa dos fatos. É a única vez, em todo o discurso, em que ela é mencionada como madrasta do acusador. Em geral essa figura é tratada como *mãe dos irmãos*, com o substantivo κήηξ, ou como *ela*, com o adjetivo ἄπηή. Porém, em alguns momentos, o orador se refere a ela como esta esposa, esta Clitemnestra, a responsável e até a assassina¹⁸. Em 1.19, o termo ἡῆο κειηξπιῆο ἡῆο ἐκῆο¹⁹ tem a função de agente da passiva. Embora construções passivas enfatizem o paciente da ação, a repetição do artigo chama a atenção ao caráter da madrasta. O trecho selecionado narra a forma como o veneno foi administrado pela concubina do Filôneo, mas, ao final, menciona a madrasta para não focar ou desviar a culpa para a outra mulher. Assim, a mesma estratégia de tradução utilizada nas outras ocorrências pode ser utilizada aqui, pois consegue atrair o foco para a culpa da madrasta:

2. As perífrases Verbais

ή δὲ παιαθὴ ἡνῶ
Φηιόλεσ ἡήλ
ζπνλδὴλ ἄκα
ἐγρένπζα ἐθειλνηο
εὐρνκέλνηο ἄ νῦθ
ἔκειε ηειεῖζζαη, ῶ
ἄλδξεο, ἐλέρεη ἡδ
θάξκαθνλ. θαὶ ἄκα
νίνκέλε δεμηὸλ πνηεῖλ
πιένλ δίδσζη ἡῶ
Φηιόλεω, ἴζσο <ώο>,
εἰ δνῖε πιένλ, κάινλ
θηιεζνκέλε ὑπὸ ἡνῶ
Φηιόλεσ· νῦπσ γὰξ
ἦδει ὑπὸ ἡῶ κεηεπηῶο
ἡῶ ἐκῆο ἐμαπαησκελέε,
πξίλ ἐλ ἡῶ θαθῶ ἦδε
ἦλ· ἡῶ δὲ παηεῖ ἡῶ
ἡκεηέξω εἰαζζνλ
ἐλέρεη. (1.19)

A concubina do Filôneo serviu o veneno ao mesmo tempo em que servia o vinho para a libação deles, enquanto faziam suas preces, as quais não foram atendidas. E, imaginando agir de forma inteligente, deu mais a Filôneo, pois ainda não havia percebido que fora enganada pela madrasta, a minha madrasta, antes que o mal já estivesse ocorrido. Já ao pai, ao nosso pai, deu menos. (1.19)

As perífrases verbais são muito freqüentes em *Contra a Madrasta*. Foram encontradas 15 ocorrências²⁰, dentre as quais se distinguem dois tipos: (1) aquelas formadas por um substantivo, um adjetivo ou um particípio e um verbo simples (γίγλνκαη, πνηέσ, εικί e έρσ), que são a maioria; e (2) aquelas que consistem em um nome abstrato no lugar de um verbo simples (registrei duas ocorrências). Dentre as primeiras há uma exceção com relação aos verbos mais simples, que utiliza o verbo δηθάδσ e consiste em uma perífrase de difícil entendimento, conforme afirma Gagarin (1997, p.108).

¹⁸ ηήλ γπλαῖθα ηαύηελ (1.10), ηήσ Κιπηαικλήζηζαο ηαύηεο (1.17), ή δ' αιηία (1.20) e ηήσ άπνθηεηλάζαο (1.22)

¹⁹ Literalmente: a madrasta, a minha.

²⁰ ηηκσξν γελέζαη (1.2), θνλέα νύζαλ (1.3), πεξί ηηο θαηαζεθίζαο δηθάδεηε (1.3), ηηκσξν γελέζαη (1.4), γλώκελ έρσλ (1.5), έκπζία ήλ (1.6), πνιήζαζαη ηώλ πεπεγακέλσλ (1.7), νύζαλ άπαξλλ (1.9),

βάζαλν...πνιήζαζαη (1.10), άπαξλν γίγλνλν (1.10), εικί...ό ζέισλ (1.11), ζαθέο πνιήζεηε (1.13), γεγέλεηαι ή δόζσο (1.18), ηηκσξν γελέζαη (1.21) e δώ δίθελ (1.24).

Apesar de agregarem volume ao texto, as perífrases não parecem torná-lo mais solene, pois na maioria das vezes simplificam o entendimento. Porém, elas possuem objetivos estilísticos interessantes, como colocar o foco na situação apresentada ao invés de na ação narrada (GAGARIN, 1997, p.29), que é o caso das perífrases construídas com substantivos, e na caracterização positiva ou negativa dos personagens, como ocorre nas perífrases construídas com adjetivos ou particípios, que transferem o valor semântico do verbo para o adjetivo. Um exemplo disso aparece em uma perífrase que tem o objetivo de caracterizar a madrasta como culpada: ao invés de o orador dizer que ela assassinou o pai, prefere dizer que ela é a assassina dele.

A tradução dessas estruturas varia muito: em alguns casos a noção do uso da perífrase é mantida, enquanto se perde em outros, sendo traduzidas pelos verbos que representam ou por outras formas perifrásticas que não produzem o mesmo efeito, como será demonstrado adiante.

Serão analisados abaixo alguns trechos perifrásticos, com as suas traduções em língua portuguesa, inglesa, francesa e espanhola, para comparação, e em seguida será oferecida uma possibilidade de tradução em português que valorize os objetivos de cada ocorrência.

A perífrase ηηκσζνὸ γελέζζαη aparece em três momentos do discurso: em 1.2 e 1.4, referindo-se aos irmãos do proponente, e em 1.21, referindo-se aos jurados. Em todas elas há a transferência do valor semântico do verbo ηηκσξέσ para o adjetivo ηηκσξόο:

ἡ γὰρ ἡύρε θαὶ αὐηνὶ νύηνη ἡλάγθαζαλ ἐκνὶ πξὸο [ηνύηνπο] αὐηνὸ ἡὸλ ἀγῶλα θαηαζηῆλαη, νύο εἰθὸο ἦλ ἡῶ κέλ ηεζλεῶηη ηηκνζνὸ γελέζζαη, ἡῶ δὲ ἐπεμηόληη βνεζνὸ. (1.2)

Pois a sorte e eles próprios me forçaram a estabelecer a luta contra eles mesmos, pois era esperado que se tornassem vingadores do morto e auxiliares do processo. (1.2)

Nas duas primeiras ocorrências, a perífrase retira o foco da ação de vingar e o coloca no processo de os irmãos se tornarem vingadores do morto, posicionando-se contra a própria mãe, pois essa é a conduta que se espera deles. Assim, a construção caracteriza-os de forma negativa, uma vez que não se tornaram vingadores do pai.

Já a última ocorrência, funciona como um apelo aos jurados, ao oferecê-los a possibilidade de se colocarem nessa posição honrosa de vingadores do morto, aceitando a qualificação positiva que o adjetivo carrega:

ἐγὼ κέλ γε ἡῶ ηεζλεῶηη ὑκάο θειεύσ θαὶ ἡῶ ἡδηθεκέλω ἡὸλ αἰδηνλ ρξόλνλ ηηκσζνὸ γελέζζαη. (1.21)

E eu convoco-vos a se tornarem vingadores do morto e daquele que foi injustiçado pela eternidade. (1.21)

As traduções mantêm o sentido dessa perífrase nas três ocorrências²¹, com exceção da inglesa, que, em 1.2, utiliza uma perífrase do tipo verbo + substantivo (*seek vengeance*), ao invés de manter a construção com o adjetivo; e, em 1.4 e 1.21, opta por usar o verbo que a perífrase representa (*should have avenged, avenge*). Dessa forma, o objetivo do emprego dessa figura de estilo não é mantido.

Em 1.3 também aparece uma perífrase desse tipo, caracterizando negativamente a madrasta

Δένκαη δ'ύκῶλ, ὦ ἄλδξεο, ἐὰλ ἀπνδείμσ ἐμ ἐπηβνπιῆο θαὶ
πξνβνπιῆο ηῆλ ηνύησλ κειῆξα **φονέα οὔσαν** ηνῦ ἡκειῆξνπ παηξόο
[...] (1.3)

Peço-vos, ó homens, se eu demonstrar que a mãe deles é
assassina de nosso pai, com intenção e premeditação [...] (1.3)

Apenas as traduções portuguesa e espanhola²² mantêm a perífrase original, em que o uso de um verbo simples (εἰκί) com o adjetivo (θνλεῦο) tem a função não apenas de afirmar que ela matou o pai, mas de caracterizá-la como assassina, de atribuir a ela essa condição. A tradução francesa se utiliza de uma perífrase com substantivo (*leur mère a commis un meurtre avec intention et préméditation sur la personne de mon père*) e a inglesa emprega o verbo a que a construção se refere (*my opponent's mother murdered our father*), deixando de lado esse importante recurso na argumentação, uma vez que a construção do caráter da madrasta é de extrema importância diante da falta de evidências concretas²³.

As perífrases com substantivos também apresentam os mesmos problemas de tradução. Foram encontradas 4 ocorrências (em 1.4, 1.10, 1.18 e 1.24). O objetivo dessa estrutura é colocar o foco na situação narrada e não na simples ação que representa.

Em 1.18, a estrutura γεγέλεηαι ἡ δόζηο ηνῦ θαξκάθνπ, perífrase para δίδνηαι, procura enfatizar a situação – a administração do veneno, que será narrada – e não a ação de envenenar em si:

θαὶ ηὰ κέλ ἄια καθξόηεξνο ἄλ εἶε ἰόγγο πεξὶ ηνῦ
δεῖπλνπ ἐκνὶ ηε δηεγήζαζζαι ὑκῖλ η' ἀθνύζαι· ἄια
πεηξάζνκαη ηὰ ἰνηὰ ὦο ἐλ βξαρπηάηηηο ὑκῖλ
δηεγήζαζζαι, ὦο γεγέλεηαι ἡ δόζηο ηνῦ θαξκάθνπ. (1.18)

Quanto ao resto, um discurso sobre a refeição seria muito longo tanto para eu descrever, quanto para vós ouvirdes: mas tentarei contar, de forma breve, como ocorreu a administração do veneno.

²¹PT: “que se tornassem vingadores do morto” (1.2), “aqueles que deveriam ser os vingadores”(1.4) e “que vos torneis vingadores” (1.21);

FR: “ils auraient du être les vengeurs”(1.2 e 1.4) e “c’est de vous faire lês vengeurs”(1.21)

SP: “que se hubieran constituído en vengadores” (1.2), “que fueran los vengadores” (1.4) e “yo os exhorto a convertirlos em vengadores” (1.21)

²²SP: “La madre de éstos es de forma voluntaria y premeditada la asesina de mi padre” e PT: “a mãe deles é a assassina, com intenção e premeditação, de nosso pai”

²³Aqui, as traduções espanhola e francesa traduzem a expressão ηνῦ ἡκεηέξνπ παηξόο com o pronome possessivo de primeira pessoa do singular, conforme os trechos traduzidos em parênteses. Nesse caso, conforme mencionado

anteriormente, o uso do adjetivo no plural é importante para salientar que o pai do proponente é também pai dos irmãos, reforçando inclusive a perífrase de 1.2, que produz uma imagem negativa deles por não se responsabilizarem, junto do proponente, pela vingança do morto.

Apenas as traduções inglesa e espanhola mantiveram as perífrases com o substantivo ἡ δόζη.²⁴ As traduções francesa e portuguesa preferiram utilizar a forma verbal correspondente ao substantivo: “como a droga foi ministrada” (PT) e “*comment le poisson fut administre*” (FR). Dessa forma, perde-se, nas traduções, a ênfase na situação, conseguida por meio das estruturas de estilo usadas por Antifonte.

Na perífrase encontrada em 1.10, todas as traduções mantiveram a forma perifrástica (βάζαλνλ πνηήζαζζαη), ao invés de usarem a forma verbal correspondente (βαζαλίδσ).²⁵ Porém, tal fato parece dever-se mais a uma tentativa literal de tradução do que à preocupação com o estilo:

δηάνῦλ ηαῦηα ἐγὼ βάζαλνλ ηνηαύηελ ἡζέιεζα πνηήζαζζαη πεξὶ αὔηῶλ [...] (1.10)

Por causa disso, eu quis fazer dessa maneira o interrogatório mediante tortura[...]

Conclusão

A análise dos fragmentos selecionados permite observar que algumas

categorias sistematizadas por Aristóteles já estavam presentes na prosa de Antífonte, um dos principais representantes da prosa ática do Século V.

Com relação às traduções, observou-se que a manutenção do estilo não é uma preocupação dos tradutores, pois não há, nos textos analisados, uma regularidade na transposição do estilo. Em alguns momentos o estilo até é transposto, porém, isso parece dever-se mais a uma tentativa literal de tradução do que a uma preocupação com as estruturas estilísticas. Os tradutores consultados demonstraram uma preocupação em expor os fatos de forma clara em sua língua, porém não parecem ter feito uma análise do estilo a fim de preservá-lo nos seus textos.

²⁴EG: “[...] na account of the administration of the poison” e SP: “como se produjo la administración del veneno”

²⁵PT: “por causa desses fatos é que eu quis que o interrogatório a seu propósito se desse do seguinte modo”; FR: c’est pourquoi jê proposai même que la question fut donnée de la manière suivante”; EG: “I propose to have their story tested under torture” e SP: “Yo quise que se lês hiciera la siguiente prueba”.

Considerando que, segundo Aristóteles, os recursos estilísticos são importantes na construção de um discurso persuasivo, é interessante adotar, nas traduções, uma análise estilística mais profunda que permita ampliar e melhorar as possibilidades de tradução dos discursos retóricos.

REFERÊNCIAS

ARISTOTLE. Rhetoric. Translated by George A. Kennedy. Oxford and New York: Oxford University Press, 2007.

Retórica. Tradução e notas Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

ANTIFONTE. Testemunhos, Fragmentos e Discursos. Prefácio e tradução de Luís Felipe Bellintani Ribeiro. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ANTIFONTE. ANDÓCIDES. Discursos y Fragmentos. Introducción, traducción y notas de Jordi Redondo Sánchez. Madrid: Editorial Gredos, 1991.

ANTIPHON. The Speeches. Edited by M. Gagarin. Cambridge: CUP, 1997.

uuuuu. Discours, Fragments d'Antiphon Le Sophiste. Texte établi et traduit par Louis Gernet. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

uuuuu. Minor Attic Orators, Volume I: Antiphon, Andocides (Loeb Classical Library n° 308). Edited by K. J. Maidment, 1941.

DENNISTON, J. D. Greek Prose Style. Oxford: Clarendon Press, 1952.

FRANCISCO, M.F.S. Da especificidade do estilo retórico segundo Aristóteles. *Organon*, Porto Alegre, n° 27, julho-dezembro, 1999, p. 29-38.

FREIRE, A. Gramática Grega. Porto: Apostolado da Imprensa, 1959.

INNES, Doreen C. Aristotle: The Written And The Performative Styles. In: MIRHADY, David

C. Influences on Peripatetic Rhetoric: essays in honor of Willian W. Fortenbaugh. Boston: Brill, 2007.

LIDDELL., SCOTT, R., JONES, H., MCKENZIE, R. A Greek-English lexicon. Rev. and augm. throughout. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 1996.

LOOMIS, W. T. The Nature of Premeditation in Athenian Homicide Law. *The Journal of Hellenic Studies*, vol. 92, 1972, pp. 86-95.

MALHADAS, Daisi, DEZOTTI, Maria Celeste C. et alli (orgs.). Dicionário Grego-Português – Vol. 1, 2, 3 e 4. Cotia (vol. 1, 2006; vol. 2, 2007; vol. 3, 2008; vol. 4, 2009; vol. 5, 2010).

ROMILLY, Jacqueline de. La ley em La Grecia Clásica. Buenos Aires: Biblos, 2004.

SCHWAB, Gustav. As mais belas histórias da antiguidade clássica: os mitos da Grécia e de Roma. Vol2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SEALEY, Raphael. The Athenian Courts for Homicide. *Classical Philology*, vol. 78, n° 4 (oct.1983), pp. 275-296.

SILVA, L. E. C. B. Timoria em Tucídides. In: III Seminário do Núcleo de Estudos Clássicos, 2010, Brasília. Anais do III Seminário do Núcleo de Estudos Clássicos. Brasília: Núcleo de Estudos Clássicos, 2010. v. 1. p. 61-69.

SMYTH, H. Greek Grammar. Harvard University Press, 1956.

TODD, S. C. Law and Oratory at Athens. In: *The Cambridge Companion to Ancient Greek Law*. Edited by Michael Gagarin and David Cohen. EUA: Cambridge University Press, 2006.

THÜR, Gerhard. The role of the witness in Athenian Law. In: *The Cambridge Companion to Ancient Greek Law*. Edited by Michael Gagarin and David Cohen. EUA: Cambridge University Press, 2006.

TREVETT, J.C. Aristotle's knowledge of Athenian oratory. *The Classical Quarterly*,

46.2, july- december, 1996, p.371

WATSON, Patricia A. *Ancient Stepmothers: Myth, Misogyny and Reality*. Leiden; New York; Köln: Brill, 1994.

YUNIS, Harvey. *The Rethoric of Law in Fourth-Century Athens*. In: *The Cambridge Companion to Ancient Greek Law*. Edited by Michael Gagarin and David Cohen. EUA: Cambridge University Press, 2006.